

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIV



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2023

Evocação de Sousa Viterbo no centenário da publicação de *A litteratura hespanhola em Portugal*

ADRIANO FREITAS CARVALHO

Propomo-nos, neste momento, evocar não o centenário da elaboração, nem talvez o da entrega do manuscrito à Academia das Ciências para promover a sua edição, pois sobre estes pontos continuamos, como teremos ocasião de ponderar, a dispor de muito escassa informação, mas simplesmente o centenário da publicação, sob os auspícios da Academia das Ciências, de *A litteratura hespanhola em Portugal*, no ano de 1915.

Acerca da biografia do Dr. Francisco Marques de Sousa Viterbo (1845?/46?–1910), médico, arqueólogo, historiador, jornalista também tampouco nos iremos deter. Sobre as suas modestas origens portuenses, da composição do seu nome, os múltiplos aspectos da sua carreira de jornalista e de investigador incansável, os seus últimos anos (10) de parálítico e invisual já se alongaram Artur Magalhães Basto e Bernardo Xavier Coutinho.¹ Do seu lirismo, da sua dedicação familiar e da que lhe votaram a sua mulher e, depois, a sua única filha que cuidou de algumas publicações suas póstumas, da sua “biografia interior” de invisual ocupou-se precisamente Victor Ribeiro, sócio efectivo da Academia das Ciências e seu amigo íntimo, numa evocação comovida na sessão da Classe de Letras (12–02–1911), sessão em que Henrique Lopes de Mendonça, Leite de Vasconcelos, David Lopes, Coelho de Carvalho e ainda o secretário da Academia, com ocasião de recordar a sua morte recente (29–12–1910), prestaram homenagem ao homem e ao seu labor intelectual.²

Curiosamente, porém, em relação à sua biografia de académico estamos mal informados. Nos arquivos da Academia apenas pudemos encontrar dados

¹ Basto, A. M., *Figuras literárias do Porto*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1947, pp. 85-99; Bernardo Xavier Coutinho, F. M. de Sousa Viterbo. *O Homem, a Obra e a sua Lição*, Porto, Círculo Dr. José de Figueiredo, 1947.

² Academia das Ciências de Lisboa, “Boletim da Segunda Classe”, IV, fasc. 4, pp. 223-236.

sumários do seu processo: lido o parecer em 19 de Junho 1897 — a informação, mas não o texto —, foi eleito sócio correspondente em 9 de Julho desse mesmo ano, eleição que Sousa Viterbo agradeceu em 18 de Novembro de 1897, não constando igualmente o texto do seu agradecimento. E tampouco fomos capazes de apurar de quem partiu a proposta e quem elaborou o parecer.

O mesmo se diga em relação às circunstâncias da publicação de *A Litteratura hespanhola em Portugal*:

a) Apesar da Academia conservar o manuscrito original da obra, constituído pelo respectivo maço de verbetes, de diferentes letras e tintas, enviado, com respectivo título — também este num verbete e datado de 1915 —, para a tipografia (Imprensa Nacional), não pudemos determinar quando terá entrado tal manuscrito na Academia. Ainda em vida do seu autor, quer dizer, antes dos fins de 1910? É, e nada mais, uma provável hipótese...

b) Se assim tiver acontecido, a demora na publicação, como acontecia, segundo afirmava o secretário da Academia nessa sessão em 2 de Fevereiro, com a publicação de um artigo que Sousa Viterbo, pouco antes de morrer, remetera para ser publicado no *Boletim* da Academia, poderá ter ficado a dever-se “aos transtornos causados às publicações académicas pela extinção cruel da sua typographia” — “Extinção cruel” que o mesmo secretário, um pouco antes, classificara de “illegal e arbitraria” —, “transtornos” que, “com a melhor boa vontade”, o Administrador Geral da Imprensa Nacional prometia ao mesmo Secretário da Academia minorar “regularizando, quanto possível, as publicações da Academia”³.

c) É possível que tais circunstâncias ajudem a explicar, em parte, como “um trabalho” que, em 1892, o seu autor, em breve nota introdutória a *A Civilização Portuguesa e a Civilização Hespanhola: Sua Influência Mutua. Preliminares de um Livro* (Porto, 1892) dava com “prompto para entrar no prelo” — já então intitulado *A litteratura hespanhola em Portugal* — só aparecesse em 1915. E se não interessa ironizar, mesmo se levemente, sobre o que todos sabemos significa, muitas vezes, “pronto a entrar no prelo”, convirá, no entanto, lembrar que, efectivamente, esses “preliminares”, limpos de algum atropelo tipográfico (páginas repetidas, por exemplo), foram, então, integralmente retomados

³ Academia das Siencias de Lisboa, “Boletim da Segunda Classe”, IV, fasc. 4, p. 222, p. 234.

como introdução ao livro *A litteratura hespanhola em Portugal*. Desmentindo a nossa leve ironia, estava o trabalho realmente pronto em 1892? Tal como o conhecemos hoje, não estava, pois Sousa Viterbo, no corpo da obra, cita, mais do que uma vez, entre outros, o *Catálogo* do leilão da livraria de José Maria Nepomuceno⁴ que só veio a realizar-se em 1897⁵.

De qualquer modo, se também não fomos capaz de determinar, mesmo aproximadamente, quando terá começado o Dr. Sousa Viterbo a organizar o seu trabalho — ou a organizá-lo mais sistematicamente —, atrevemo-nos a sugerir que a sua investigação sobre o assunto poderá compreender-se — ou compreender-se melhor — no quadro do interesse que Espanha — a terra, as suas gentes, a sua cultura — vinha despertando em Portugal (entendamos, antes de mais, a Lisboa que, em 1855/1856, vira publicar-se a *Revista Peninsular*, um título bem significativo) — como, aliás, na Europa atraída pelo “costumbrismo” e pelo exótico registados por tantos ingleses, franceses, e, claro!, também portugueses — em consequência do grande aumento do intercâmbio de viajantes entre Portugal e Espanha⁶, a começar pelos seus soberanos. Isabel II visita Lisboa em 1866⁷, Luís I, depois de uma viagem relâmpago a Madrid em 1865, acompanhado da rainha Maria Pia, vai a Cáceres em 1881, Afonso XII, que, em criança, como Príncipe das Astúrias, tinha estado em Lisboa em 1866, visita Portugal em 1882, Luís I volta a Espanha (Madrid) em 1883.⁸

⁴ Viterbo, S., *A litteratura hespanhola em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, p. 243, por exemplo.

⁵ Trindade, L., *Catálogo da livraria do falecido distinto bibliographo e bibliophilo José Maria Nepomuceno...*, Lisboa, Empreza Editora de Francisco Arthur da Silva, 1897.

⁶ Freitas Carvalho, J. A., “O meu reino por um sereno...”. *Viajantes portugueses em Espanha (1847–1952)*. *Achegas bibliográficas*. Compilação, introdução e notas por..., Porto, CIUHE, 2013.

⁷ Sobre esta viagem, há o relato de um anónimo: *Viaje de SS. MM. y AA. á Portugal en Diciembre de 1866*, Madrid, Imprenta y Estereotipia de M. Rivadeneyra, 1867. Após umas «reminiscências históricas» sobre as relações entre Espanha e Portugal, o autor ocupa-se, quase em tom de propaganda oficial, do séquito real, do relato pormenorizado da viagem com paragens em Alcázar de S. Juan, Manzanares, Daimiel, Ciudad Real, Puertollano, Almadén, Cabeza de Buey, Almorchón, Badajoz — quem quer que o tenha escrito não se cansa de sublinhar o acolhimento triunfal de Isabel II —, da entusiástica recepção em Lisboa, dos nomes de cortesãos e altos funcionários portugueses destacados para o serviço da família real espanhola..., das cores dos vestidos da rainha Isabel e da infanta Isabel — sublinhando alguma vez a simbologia das respectivas cores —, dos banquetes, cerimónias religiosas e visitas oficiais, da anotação de pequenos detalhes dos aposentos em Belém..., etc. Por vezes, surpreende-nos com o que poderia dizer-se um retrato familiar: o príncipe das Astúrias, o futuro Afonso XII, uma criança saindo do comboio, à chegada a Lisboa, pela mão do pai...

⁸ Uma indicação muito sumária destas viagens reais pode encontrar-se em Luís Nuno Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 158, p. 233, p. 292.

Trata-se de um intercâmbio facilitado agora pela conclusão, em 1866, da chamada “Linha de Leste” (Lisboa, Elvas, Badajoz, Madrid), tendo sido a inauguração dessa linha de caminho de ferro a razão oficial e o pretexto diplomático da viagem de Isabel II, uma rainha que, já então em grandes apuros políticos, terá de se exilar dois anos depois (1868). A facilidade e comodidade da viagem levam a um cada vez maior número de portugueses a visitar Madrid e arredores (El Escorial, sobretudo) e Andaluzia e não deixa de ser significativo que um político da raça de A. Fernández de los Rios — ministro plenipotenciário de Espanha em Portugal, para onde veio posteriormente exilado, tendo de Lisboa partido para novo exílio em França — tenha publicado no Porto (1876) um *Guía de Madrid* que, em algum caso, bem poderá ter substituído as memorialísticas obras — francesas ou em tradução francesa — que citam alguns dos portugueses nas suas notas de viagem⁹. Como simbólicas balizas cronológicas, poderíamos sugerir que essa intensificação do viajar para Espanha se vai verificando entre 1865, ano em que Júlio César Machado, como conta em *Em Hespanha. Scenas de Viagem* (Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1865), jornadeia, acompanhado do conde de Óbidos, em diligência, e 1872, data em que Pinheiro Chagas, narra a sua viagem de comboio a Madrid integrando um divertido grupo excursionista com interesses artísticos e políticos agenciados, em algum caso, por Ángel Fernández de los Rios (*Madrid*, C. S. Afra e C.^a, S.A. [1872]).¹⁰ Tal quadro, como se torna evidente em muitos livros de viagens de portugueses por Espanha, é ainda sublinhado, em seus contornos políticos, pelas polémicas — que são uma “forma” cultural a ter sempre em consideração — sobre as reais possibilidades de uma “amigável” e gradual união ibérica¹¹ de signo

⁹ Freitas Carvalho, J. A., «O meu reino por um sereno...». *Viajantes portugueses em Espanha (1847–1952)*. *Achegas bibliográficas*, ed. cit., pp. 25-27.

¹⁰ Seja-nos permitida a ousadia de afirmar que é uma pena que António Pedro Barba Homem no mais importante estudo que, nos últimos anos, se publicou sobre o futuro deputado e ministro (*Manuel Joaquim Pinheiro Chagas. Uma biografia, 1842–1895*, Lisboa, Assembleia da República, 2012 [Coleção “Grandes oradores”]) não tenha dedicado um pouco de atenção a esta obra de um jovem que, além dos museus e teatros, quis ir ver e ouvir os grandes políticos no próprio parlamento espanhol.

¹¹ Depois de como que o expor capítulo por capítulo, em «Horizontes peninsulares», muito interessantes páginas finais de *Mi misión en Portugal: anales de ayer para enseñanza de mañana*, Paris-Lisboa, A. Belhate, Bertrand, s. d. (1878?), pp. 715-725, A. Fernández de los Rios assinala e glosa o que fora o seu programa («la supresión gradual de todas las travas internacionales») para essa sonhada união.

monárquico ou republicano federalista — um tema que Teixeira de Vasconcelos discute, em 1863, viajando de Paris a Madrid (*Viagens em Terra Alheia: de Paris a Madrid*, Lisboa, Typographia do Futuro, 1863), e se continua a discutir no comboio entre Madrid e Lisboa, em 1908, como documenta Samuel Maia em *Por Terras Estranhas* (Lisboa, Typographia Mendonça, S.A. [1908]). Todos nos lembraremos dos momentos literários álgidos desta questão: a publicação de *Ibéria* de Don Sinibaldo de Mas (1852)¹² e de *Mi misión en Portugal: anales de ayer para enseñanza de mañana* de A. Fernández de los Rios (1878?), obras que se diria não ter possuído o Dr. Sousa Viterbo na sua biblioteca. Efectivamente, Sousa Viterbo que tantos materiais carreará para patentear o intercâmbio cultural entre Portugal e Espanha ao longo dos séculos e pugnará pelo intercâmbio científico nesses dias, como havemos de aludir, não parece, contudo, ter-se demorado nas dimensões mais políticas da “questão ibérica”. Dissemos demorado — e sublinhámo-lo —, porque as entrelinhas de algumas passagens da introdução de 1892 poderiam permitir alguma alusão de cariz mais político por parte de alguém que, desde cedo, militava nas correntes dos republicanos portugueses. A fiarmo-nos no catálogo do leilão da sua biblioteca em 1914, sobre o tema apenas terá possuído os breves comentários do barão Edmond de Septenville, *Le Portugal et l’Unité Iberique* (Paris, E. Dentu, 1873)¹³ — Um “iberismo” visto pelos olhos de um francês em 20 páginas.

Neste contexto — que também é um clima político e cultural: Ramalho Ortigão, em 1871 e em 1881, dedicará alguma das suas *Farpas* ao intercâmbio excursionista luso-espanhol a preços reduzidos em que tanto se empenharam diplomatas como Ángel Fernández de los Rios¹⁴ — é, porém, possível perguntar ainda se *A litteratura hespanhola em Portugal* que já estaria em vias de concluir-se em 1892, não terá sido concebida como uma espécie de adenda reactiva a *La Ciencia española* de Marcelino Menéndez y Pelayo cuja 1.ª edição

¹² Pereira, M.C., «Sinibaldo de Mas: a difusão da *Ibéria* em Portugal e do iberismo no Oriente» in *II Encontro Internacional. Relações Portugal-Espanha. Uma história paralela, um destino comum*, Porto, Fundação Rei Afonso Henriques, CEPESE, 2002, pp. 213-230.

¹³ Rodrigues, E., *Catálogo da curiosíssima livraria que pertenceu ao inolvidável escriptor Dr. Sousa Viterbo...*, Lisboa, Centro Tipographico Colonial, 1914, integrando uma miscelânea sob o nome de Léon Pagès, n.º 1005.

¹⁴ de los Rios, A., *Mi misión en Portugal*, ed. cit., pp. 577- 591.

é de 1876 e a definitiva (3.^a) de 1887. Talvez o Dr. Sousa Viterbo, que manterá, tardiamente (1900/1901), com Menéndez y Pelayo, uma discreta correspondência e intercâmbio bibliográfico¹⁵ — curiosamente, porque não há rasto de obras deste autor no catálogo leilão da biblioteca de Sousa Viterbo? — quisesse chamar a atenção não só para que muitos autores que constam do *Inventario de la ciencia española* eram portugueses, mas também para que muitos autores espanhóis registados por Don Marcelino tinham sido originalmente publicados em Portugal. A resposta só poderá ser dada quando soubermos que Sousa Viterbo conheceu ou não *La ciencia española*, obra que veio a dar origem a uma célebre polémica — *La cuestion de la ciencia española* que foi também um enfrentamento ideológico que poderíamos toscamente assinalar entre os monárquicos e católicos Menéndez y Pelayo e Gumersindo Lavarde, por um lado, e o republicano Gumersindo Azcárate, por outro. Mais tarde, Ortega y Gasset cortaría cerce: “Antes de su libro entreviase que en España no había habido ciencia; luego de publicado se vio que jamás la había habido”. De qualquer modo, será sempre possível interrogarmo-nos sobre o verdadeiro alcance de uns parágrafos quase finais de *A civilização hespanhola e a civilização portuguesa* em 1892:

Estimamos que se faça, que se desenvolva e se complete esta estatística, nos seus variados e numerosos aspectos, não por uma rivalidade mesquinha, mas por uma emulação sincera e generosa. Quaesquer que sejam as ideias políticas e históricas, que secularmente nos separam de Hespanha, esse antagonismo não poderá evitar que no campo da ciencia fraternizem as duas nações, ajustando serenamente as contas do que se devem mutuamente n’esta herança e conquista do saber, n’esta lucha gloriosa do progresso,

considerações estas que, se não foram, de alguma maneira, de resposta, nos parecem remeter hoje para o projecto em que foram sendo glosadas, a partir de 1921, nos Congressos luso-espanhóis para o progresso das ciências.

¹⁵ Dias, J. L., “Cartas inéditas de Sousa Viterbo a Menéndez Pelayo” in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, XXIV (1961), pp. 231-239, publica 3 — e parece poder-se deduzir do seu texto que únicas — cartas de Sousa Viterbo a Don Marcelino.

Há, porém, que lembrar um elemento mais — e importante, a nosso ver — do quadro contextual que acabamos de evocar: a publicação, a expensas estatais, em 1890 (Madrid, Imprenta del Colegio Nacional de Sordo-Mudos y Ciegos) do conhecido *Catálogo razonado de los autores portugueses que escribieron en castellano*¹⁶ do médico setubalense Domingos García Peres. Sousa Viterbo não só o conheceu e utilizou, como ainda lembrou, logo antes dos parágrafos que acabamos de citar, que

Com o seu Catálogo o Sr. Garcia Peres revelou, por um lado, a pujança da nossa cultura, por outro lado, a parte importante, com que Portugal contribuiu para aumentar os thesouros intellectuaes de Hespanha...

De qualquer modo, e qualquer que seja a dimensão e peso que se queira atribuir à polémica em torno da *ciencia española* no contexto cultural que acabamos de evocar sumariamente, uma lição poderá sempre tirar-se de *A litteratura hespañola em Portugal*: a sua demonstração de que a cultura portuguesa — nela incluindo, obviamente, actividade de impressores e livreiros — estava longe de ter esmorecido durante os tempos da monarquia dual que, em larga medida, balizam, cronologicamente, a obra de Sousa Viterbo.

Apontado, esquematicamente, o contexto cultural em que nos parece haverá situar, em 1892, *A litteratura hespanhola em Portugal*, deveremos lembrar que a obra não é essa pura bibliografia que, com as suas descrições rigorosas do volume ou volumes de cada edição de uma obra, admiram os que, alguma vez, gostam de se rever em Silvestre Bonard: *Je ne sais pas de lecture plus facile, plus attrayante, plus douce que celle d'un catalogue*.

Continuador da tradição de Bartolomé José Gallardo (†1852) cujos 4 volumes do célebre *Ensayo de una biblioteca de libros raros y curiosos* só vieram a ser publicados entre 1865 e 1889 — os dois últimos pelos cuidados de Don Marcelino, obra que, embora não conste do *Catálogo* do leilão dos seus livros, regista e explora com admiração e proveito —, Sousa Viterbo oferece em *A litteratura*

¹⁶ A obra data de 1867, pois nesse ano fora apresentada a concurso na Biblioteca Nacional de Madrid, onde, como assinala A. Fernández de los Rios, *Mi misión en Portugal*, ed. cit., p. 653, n.º1, se conservava o respectivo manuscrito. Seria interessante confrontar o manuscrito com a obra publicada.

hespanhola em Portugal muito mais que uma simples e muito cuidada “resenha bibliográfica”.

Na introdução que, como dissemos, são os “preliminares” já publicados em 1892, Sousa Viterbo passa em revista a literatura espanhola — em latim e castelhano —, demorando-se no teatro, na música, na teologia, no direito, na astrologia e astronomia, na matemática e, com especial incidência, na arte de navegar. Quase uma organização das matérias de acordo com o clássico *Trivium* e *Quadrivium*, que não corresponderá, depois, a qualquer ordenação da matéria bibliográfica propriamente dita. É uma organização de algumas “especialidades” de que se serve para “dar uma ideia, senão exacta, pelo menos muito aproximada” e com alguma ordem, das “ciências” em que Espanha brilhou até ao século XVIII e que, por sua vez, poderia ser uma remissão para a polémica sobre a “ciência espanhola” que evocámos já.

Não nos interessa discutir aqui as explicações do grande estudioso sobre “a mania do estrangeirismo” que, segundo pensava — de acordo com velhas tradições renovadas em seus dias —, relevava da “feição da tendência cosmopolita” dos portugueses, que — a começar pelos seus reis — nos séculos XVI e XVII privilegiaram o espanhol como língua literária e diplomática, contribuindo, assim, a par “dos elementos clássicos e dos elementos estranhos” — ensino em latim, o grande número de mestres estrangeiros na Universidade, os casamentos dinásticos e cortesãos, os muitos membros estrangeiros das ordens religiosas, etc. —, para, antes de mais, a “desnacionalização da mocidade” dotando-a de “um carácter cosmopolita, universal, eclético” de que o “desamor à língua pátria” poderia ser uma consequência. É uma perspectiva que, sem grande violência, nos parece poderia unir o autor de *A litteratura hespanhola em Portugal* com aquele Fradique Mendes que questionava uma sua amiga que queria encontrar um bom mestre de espanhol para o seu jovem filho. E como se de um símbolo se tratara, Sousa Viterbo anota que, se o Camões lírico também escreveu em espanhol, o Camões épico “compreendeu de sobra que o seu poema, tão repassado de patriotismo, perderia uma das suas qualidades essenciaes, se fosse escripto em língua estranha”.

Assim, é possível que esta sequência e o contexto cultural que sugerimos para o trabalho de Sousa Viterbo nos ajudem a explicar não só quanto “a Hespanha [nos] attrahia inquestionavelmente”, mas também que os

resultados desse mesmo trabalho – *A litteratura hespanhola em Portugal* — se lhe apresentasse não como a demonstração de uma “desnacionalização” anunciada, mas antes, “acto de um patriotismo inatacável”, como a “pedra d’um monumento levantado em honra da actividade litteraria e da civilização peninsular”.

E a avançar as primeiras provas dessa “interdependência” civilizacional que verdadeiramente não conhecia fronteiras estão, em números redondos — as entradas não estão numeradas e, portanto, pode-nos ter falhado alguma — os cerca de 300 autores e anónimos que lhe permitiram elencar cerca de 600 impressões de obras de autores espanhóis em Portugal — incluindo nestas um jornal *El Verídico Español* de que se publicaram, em Lisboa, 9 números em Novembro de 1812, e algum que outro, como alguma das traduções espanholas do célebre livrinho de sentenças conhecido por *Cato*, que seguramente não era espanhol.

Convém, porém, sublinhar que na sua “resenha bibliográfica” Sousa Viterbo não se limitou a reunir esses 600 verbetes e a dispô-los alfabeticamente pelo apelido de cada autor. Por muito longe que o seu trabalho e os seus métodos se encontrem das actuais técnicas bibliográficas, a sua obra, no seu pioneirismo — e ele tinha disso consciência e das suas limitações — é muito mais que uma simples “resenha bibliográfica”.

Com efeito, já desde a “introdução ou prefacio” que, no texto, a propósito de autores, obras ou circunstâncias, nos vão confluindo notícias complementares. Por exemplo: acerca dos reis portugueses casados com princesas espanholas, oferece uma lista de obras a eles dedicadas por autores espanhóis, muito especialmente a João III e a Catarina de Áustria; a propósito do ensino do latim na Universidade de Coimbra aponta a lista das edições da *Gramática* do Padre Manuel Álvares; comentando o gosto dos portugueses pelo teatro espanhol em Portugal no século xvii — que, aliás, não era particularidade exclusiva dos portugueses — dá-nos uma primeira lista, creio que ainda muito útil, de actores que actuaram em Portugal no século xvii e nos começos do seguinte.

E no *corpus* propriamente dito da obra, Sousa Viterbo não se limitou a transcrever, quase sistematicamente, os elementos bibliográficos básicos — autor, título da obra, impressor, lugar e ano da impressão, formato, número

de páginas, localização de exemplares —, mas quase sempre procura ainda fornecer alguma indicação sobre o autor que pode ir até à anotação de qualquer plágio — por exemplo: o verso que D. Gabriel Garcez y Gralla “pilhou” de *Ulisseia* de Gabriel Pereira de Castro —, mas em casos de autores ou obras que terá considerados mais relevantes pela fama do autor ou pela repercussão da obra oferece os paratextos mais importantes — censuras, dedicatória, etc. —, ou ainda algum documento extrabibliográfico que possa ajudar a esclarecer a biografia do autor ou a difusão da obra.

É o caso, por exemplo, de Mateo Alemán: a propósito das edições da 1.^a parte de *Guzmán de Alfarache* (Lisboa, Jorge Rodrigues, 1600, e Coimbra, no mesmo ano, por Pedro Mariz) e da *príncipeps* da *Segunda Parte* da mesma novela (Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1604) nos oferece uma série de paratextos e documentos, mas ainda nos apresenta, pela 1.^a vez, o ms. da *Tercera parte de Guzmán de Alfarache* de Felix Machado, marquês Montebelo, que se conserva na Biblioteca da Ajuda — fá-lo, muito antes, portanto, de Gerhard Moldenhauer, já que este só em 1927 (*Revue Hispanique*, LXIX) se ocupou do manuscrito que então editava e que, em 2010, em Sevilla, voltou a ser reeditado por diligências do Prof. Victor Infantes, membro da nossa Academia.

Um outro exemplo do cuidado que Sousa Viterbo pôs em chamar a atenção para um autor cujas obras considerava justamente importantes — pelo seu significado cultural e pela sua raridade — é o caso de Francisco de Monzón. Neste caso descreve cuidadosamente as duas edições lisboetas do *Espejo del príncipe Christiano* (1544, 1571) — comentando a dedicatória da última a D. Sebastião e o prólogo da edição anterior dirigido a D. João III —; a do *Norte de confesores* (Lisboa, 1546) e muito especialmente a do *Norte de idiotas* (Lisboa, 1563), transcrevendo a longa dedicatória da obra a D. Maria da Silva, dama de alta espiritualidade, mulher de Francisco de Sousa Tavares, famoso capitão na Índia que veio a ser, ele também, um nome consagrado na literatura de espiritualidade em atenção, entre outros motivos, ao seu *Livro de doutrina spiritual* (Lisboa, 1564). Parece-me este caso, salvo melhor opinião, um bom exemplo de quanto estas páginas de Sousa Viterbo, de 1892, retomadas em 1915, nos alertavam já para a rede de espiritualidades — autores, editores, damas e cortesãos —, que, a tal propósito, estudou o Prof. Silva Dias em *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal*.

Um último exemplo: a edição, desta vez em Braga, por Frutuoso Lourenço de Basto, em 1611, dum “valioso cancionero de devoção” — a classificação é do próprio Sousa Viterbo — constituído pelo *Libro de la vida y milagros de S. Ighes con varias otras obras a lo divino. Compuesto por el P. F. Alvaro de Hinojosa y Carvajal*, monge beneditino. Neste caso, o interesse do exemplo reside em que Sousa Viterbo, além de anotar alguma poesia mais do autor em obras de autores portugueses, transcreve a dedicatória, plena de dados autobiográficos do autor, a D. Ighes de Carvajal, condessa de la Oliva, e mulher de Don Rodrigo Calderón († 1621), o celeberrimo e trágico valido do duque de Lerma.

O Dr. Sousa Viterbo, porém, levou o seu cuidado registo bibliográfico ao ponto de assinalar ainda algum autor espanhol que viu publicada em letra de imprensa em Portugal a primeira e única edição de uma poesia sua. É o caso de Soror Maria de S. José, a célebre discípula de Teresa de Jesus, cuja obra, por razões várias, apenas corria manuscrita e donde Fr. Belchior de Santa Ana, OCD, extractou um soneto que publicou em a sua *Crónica dos carmelitas descalços particular do Reino de Portugal, e Província de S. Filippe* (Lisboa, H. Valente de Oliveira, 1657).

Revela ainda algum autor então desconhecido dos repertórios bibliográficos espanhóis, como é o caso do já citado D. Gabriel Garcés y Gralla, “capitão e cavaleiro”, de quem revela a origem catalã. Neste caso descreve as duas obras que dele conhecia — *Venus y Adonis, fábula trágica* (Lisboa, 1656) y *Ocupación en el retiro* (Lisboa, 1742) — e, naturalmente, publicando os respectivos preliminares (dedicatórias, poemas laudatórios, licenças, etc.). Indicações estas últimas sempre bem vindas, mas neste caso, pelo que a *Venus y Adonis* diz respeito, cremos extremamente importantes, pois não encontramos qualquer exemplar dessa nas principais bibliotecas portuguesas e espanholas, o que poderá explicar que José Maria Cossío (*Fábulas Mitológicas en España*, Madrid, 1952), porque “en repertorio bibliográfico alguno español [había] visto el nombre del capitán don Gabriel Garcés y Gralla”, se limitasse a copiar os dados que Sousa Viterbo fornece sobre o homem e a obra. Como informa Sousa Viterbo, o exemplar que consultou integrava uma *Miscelânea* que pertencente, então, a um livreiro lisboeta (Merello), fora depois comprado por Jerónimo Ferreira das Neves, um bibliófilo que prestará muitas informações ao grande erudito. A ser correcta a identificação que propomos

mais adiante, existirá hoje no museu-biblioteca que J. Ferreira das Neves fundou no Rio de Janeiro?

Talvez se justifique agora uma última questão sobre as “fontes” de *A litteratura hespanhola em Portugal*. É uma pergunta a que, naturalmente, só poderíamos responder cabalmente se conhecêssemos os métodos e as etapas de trabalho de Sousa Viterbo. Terá consultado pessoalmente todos os exemplares elencados? Ele próprio confessa que só o fez na sua grande maioria. Muitos regista-os com base nos grandes repertórios bibliográficos peninsulares — a *Bibliotheca Hispanica Nova* de Nicolás Antonio, a *Bibliotheca Lusitana* de Barbosa Machado; as *Memórias de literatura* de A. Ribeiro dos Santos foram também uma fonte importante, mesmo que reconheça “os equívocos em que frequentissimamente incorria o, aliás, douto investigador” (p. 292); alguma vez, recorrendo às excepções que Inocêncio se digna registar de obras não escritas em português, o *Diccionario bibliographico* fornece-lhe algumas indicações; García Peres, a quem admirava, é um autor que teve em grande conta; e Bartolomé José Gallardo, para além de lhe ter servido, segundo cremos, de modelo, forneceu-lhe, algumas vezes, textos e paratextos. É o que acontece, por exemplo, com as *Grammaticae institutiones* (Lisboa, 1573) de Rui López de Sigura, cujas notícias são, como declara, copiadas do *Ensayo de una biblioteca de libros raros y curiosos* (n.º 2784). Como esperaríamos, Sousa Viterbo recorreu ao célebre *Manuel du libraire et de l’amateur des livres* de Jacques Charles Brunet, mais, porém, para confirmar ou discutir algumas informações do que para colher elementos originais. A par destes instrumentos de trabalho, Sousa Viterbo aproveitou muito dos *Annaes da Biblioteca do Rio de Janeiro* e dos *Documentos para a história da tipografia portuguesa* (Lisboa, 1881/1882) de Venâncio Deslandes.

Mas é a sua frequência da Biblioteca Nacional de Lisboa, da Biblioteca da Ajuda, da Biblioteca Municipal do Porto e da Biblioteca da Escola de Belas Artes de Lisboa que lhe permite o reconhecimento directo da quase totalidade dos exemplares que inventaria e que o autoriza a corrigir alguns estudiosos, como, por exemplo, Teófilo Braga que, em *Historia do theatro portuguez*, atribui a Lope de Vega uns autos sacramentais de José de Valdivielso impressos em Braga em 1624. Naturalmente, este conhecimento directo foi, algumas vezes, completado por informações de funcionários amigos — por exemplo: “Ao Sr.º Calheiros, distinto official que foi [da] biblioteca” do Porto deve a

descrição do exemplar da *Segunda parte de Guzmán de Alfarache* que se guarda nessa biblioteca (p.186) — e estamos em crer que as poucas informações sobre exemplares na Biblioteca de Évora igualmente lhe chegavam por diligências junto de funcionários e amigos.

Os amigos bibliógrafos e bibliófilos desempenharam um papel muito importante na tessitura bibliográfica de *A litteratura hespanhola em Portugal*. Sousa Viterbo agradece muitas vezes, entre outros, ao Dr. Augusto Mendes Simões de Castro, de Coimbra — alguém que, do quadro dos funcionários dos correios de Coimbra, veio a ser oficial da Biblioteca da Universidade —, a Jerónimo Ferreira Neves — creio que deverá ser o grande bibliófilo e colecionador de arte que fundou o Museu D. João VI no Rio de Janeiro —, ao célebre bibliógrafo açoriano José do Canto — a este, que possuía o único exemplar conhecido da edição lisboeta (1551/1552?) da *Doctrina muy proveitosa* e do *Aviso de como os proves órfãos de Jesus se hão de haver nas peregrinações e romarias*, deve toda a informação sobre estas obras do jesuíta Pedro Domenech; com Garcia Peres, além da consulta do seu *Catálogo razonado*, que já referimos, manteve correspondência acerca de alguns autores e obras, como, por exemplo, sobre Gerónimo Cortez, *El curioso de vários secretos de la naturaleza* (Lisboa, 1601) e Don Antonio de Rojas, *Vida del espíritu...* (Lisboa, 1645, pp. 256, 376); não fomos capaz de apurar se as referências a José Maria Nepomuceno, o grande bibliófilo eborense, se devem a correspondência entre ambos ou apenas à consulta do importante catálogo da venda da sua biblioteca em 1897¹⁷. De qualquer modo, quanto seria interessante, senão mesmo importante, estudar de maneira sistemática essa rede de bibliófilos e bibliógrafos na perspectiva de definir, na esteira de, por exemplo, Marc Fumaroli e de Hans Bots e Françoise Waquet¹⁸, essa “República das Letras” em Portugal nos último decénios dos século XIX.

Para além dos inúmeros catálogos de livrarias e leilões que consulta e cita — biblioteca de Salvá, Castelo Melhor, Pereira Merello, Sir Carlos Gubian, Bertrand (“livros espanhoes”), por exemplo —, Sousa Viterbo regista e descreve

¹⁷ Viterbo, S., *A litteratura hespanhola em Portugal*, ed. cit., p. 243.

¹⁸ Fumaroli, M., *La República de las Letras*, Barcelona, Acantilado, 2013; Bots, H., Waquet, F., *La Republica delle Lettere*, Bologna, Il Mulino, 2005.

exemplares que consultou em algumas livrarias. Alguma nota: “A livraria Ferreira, da Rua Aurea” possuía o exemplar do *Directorium curatorum* (Lisboa, 1591) de Fr. Pedro Martyr Coma, bispo de Elna; “na loja do livreiro Rodrigues” — gostaríamos de saber se este livreiro, que tantos exemplares lhe facultou, será o Ernesto Rodrigues que organizou o leilão da sua biblioteca — viu, entre muitas outras aí consultadas, “o volume II (enorme calhamaço)” de *El mejor Guzmán de los Buenos* (Lisboa, 1602) de Fr. Juan Gil de Godoy; de uma *Carta pastoral* (Lisboa, 1683) de Fr. Alonso de Santo Tomás, bispo de Málaga, viu “o exemplar do Pereira alfarrabista”, de Lisboa, supomos... Uma lista exhaustiva dos catálogos de livreiros utilizada poderia fornecer não só um bom roteiro cultural lisboeta, mas também, conseqüentemente, um elemento importante a considerar, nos seus diversos aspectos, no quadro da cultura portuguesa dos finais do século XIX. De qualquer modo, esses registos de livreiros e catálogos de livrarias e bibliotecas particulares subastadas, parecem-me bons exemplos dessa permanente atenção e labor *de re bibliographica* que assinalam os seus amigos e biógrafos. E uma prova mais poderia ser esse *Catálogo manuscrito da Câmara Municipal* de Lisboa em que se assinalava uma edição *De la diferencia entre lo temporal y lo eterno* (Évora, 1678) de Eusebio de Nieremberg.

Por fim, apontemos o recurso a algum que outro exemplar da sua biblioteca a cujo catálogo de venda já nos referimos. Neste caso, apenas encontramos referências a duas obras: as *Rimas sacras* (Lisboa, 1658) de Lope de Vega da qual se refere também o exemplar da Biblioteca Nacional, e o *Para todos: exemplos morales, humanos y divinos* (Lisboa, 1691) de Juan Pérez de Montalván, exemplar em não muito bom estado de conservação, mas que, a crer na informação do livreiro Rodrigues que lho vendeu, estava anotado pelo grande bibliógrafo.

Lastimemos agora que, certamente por lho não ter permitido as suas “debilitadas forças” e por falta de tempo — as razões são suas quase ao fechar da “introdução” — o grande bibliógrafo não tenha levado a cabo, como se propunha e para o que já tinha alguns “subsídios” — *Poesias de auctores portugueses em livros de escriptores hespanhoes. Resenha bibliographica*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1891¹⁹, por exemplo? —, um trabalho similar para

¹⁹ Na capa anterior traz 1892, mas no rosto da obra a data de publicação registada é 1891. De qualquer modo, trata-se de uma “tiragem à parte” do *Instituto*, XXXIX.

a literatura portuguesa impressa em Espanha que via completado “com a lista dos portugueses que no país vizinho tiverem por qualquer modo alcançado algum renome, já nas armas, já na sicencia ou nas artes”²⁰.

Gostaríamos de pensar que a sumária análise que acabamos de expor terá sugerido o ingente esforço de pesquisa que a elaboração de *A litteratura hespanhola em Portugal* exigiu do seu autor e quanto os seus resultados perduram como um marco para todos os que nos dedicamos à história da cultura portuguesa — literária e científica — no contexto peninsular. Atrevemo-nos, por isso, a fechar esta evocação do seu centenário — que deveria ser antes a sua celebração — com as palavras com que Lopes de Mendonça encerrou a sua evocação de Sousa Viterbo na sessão desta mesma Classe em Fevereiro de 1911: “Honrando-o, honramo-nos a nós próprios, como sócios desta benemérita Academia”.²¹

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 12 DE NOVEMBRO DE 2015)

²⁰ Para a época contemporânea, Manuel Correia Fernandes, *Literatura Portuguesa em Espanha. Ensaio de uma bibliografia (1890–1985)*, Porto, Livraria Telos Editora, Lda., 1986, levou a cabo, com admirável rigor, o enunciado projecto de Sousa Viterbo.

²¹ Não podemos deixar de agradecer aqui, como o fizemos publicamente, a colaboração do Sr. Prof. Teles Antunes, Bibliotecário da Academia das Ciências, e a gentileza, eficiência e paciência das Sr^{as} D. Conceição Lorena, Dr.^a Maria Luísa Macedo e Dr.^a Maria Leonor Pinto, do seu Arquivo e Biblioteca, na realização desta comunicação.